

**CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA NO ÂMBITO DE PROCEDIMENTO
DE CONSULTA PRÉVIA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS
RODOVIÁRIOS AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO Nº 03/2021 DA CENTRAL DE
COMPRAS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALENTEJO LITORAL**

Processo n.º 2022/300.10.005/190

Em conformidade com o art.º 259.º e em cumprimento do disposto no art.º 115.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, vem a Câmara Municipal de Sines convidar essa empresa a apresentar proposta no âmbito de consulta prévia adotada para a celebração do contrato em epígrafe e nos termos do documento anexo ao presente convite (Caderno de Encargos), onde são indicadas as especificações técnicas e outros elementos que nos termos legais, que terão que ser observados neste procedimento, aplicando-se-lhe, em tudo o que não estiver especialmente regulado as disposições do caderno de encargos do Acordo Quadro supra referido.

I – Entidade adjudicante

A entidade adjudicante, conforme alínea c) n.º 1 do art.º 2.º do CCP, é o Município de Sines, NIPC 502 563 010, sita no Largo Ramos da Costa, 21.º A, 7520-159 Sines, com o telefone nº +351 269 630 600, o fax nº +351 630 672, e endereço eletrónico geral@mun-sines.pt.

II – Decisão de contratar

Nos termos do n.º 1 do art.º 36.º do CCP, conjugado o n.º 1 do art.º 18.º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, a decisão de contratar foi proferida por deliberação de Câmara datada de 25/03/2022, no uso de competência própria, conforme previsto na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

III – Fundamentação da escolha do procedimento

Em conformidade com os poderes conferidos pelo art.º 38.º do CCP o procedimento adotado pela Câmara Municipal de Sines é a consulta prévia, de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do art.º 16.º adotado em função do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 20 do CCP.

IV – Disponibilização de acesso ao procedimento

O presente procedimento será integralmente disponibilizado na plataforma eletrónica de contratação pública ANOGOV com o seguinte endereço eletrónico: <https://www.anogov.com/cm-sines/faces/> disponibilizada pela empresa ANO, Sistemas de Informática e Serviços, Lda. e doravante designada por plataforma eletrónica.

V – Prazo e apresentação da proposta eletrónica

1. A proposta e os restantes documentos deverão ser enviados até às 23h59 do 15.º dia a contar do dia seguinte à disponibilização do procedimento na plataforma eletrónica;
2. A apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica;
3. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, conforme disposto no n.º 1 do art.º 58.º do CCP;
4. O concorrente deverá assinar eletronicamente a proposta e todos os documentos que lhe associar, nos termos previstos na Lei n.º 96/2015, de 17.08, devendo a assinatura ser aposta nos documentos que constituem a proposta.

VI – Esclarecimentos, retificações e alteração das peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças de procedimento devem ser solicitados por escrito, através da plataforma eletrónica, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de proposta;
2. No mesmo prazo referido no ponto anterior o interessado deve apresentar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, e que digam respeito a:
 - a) Aspetos ou os dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
 - b) Espécie ou a quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou ainda
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis,
3. Excetua-se do disposto no ponto anterior os eventuais erros e omissões que o interessado, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudesse detetar na fase de execução do contrato;

4. A apresentação da lista referida no ponto 2 deverá conter, em função da natureza do erro ou omissão, os seguintes elementos:

- a) Memória descritiva com a indicação clara e fundamentada do erro ou omissão;
- b) Mapa de quantidades, com a identificação do erro ou omissão;
- c) Quaisquer outros documentos que o interessado entenda necessários, nomeadamente desenhos, fotografias ou cálculos.

5. Até ao segundo terço do prazo fixado para apresentação de proposta, os esclarecimentos serão prestados pelo júri por escrito, através da plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, sendo o interessado notificado desse facto;

6. Até ao segundo terço do prazo fixado para a apresentação de proposta, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelo interessado, considerando-se rejeitados todos os que, até final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites;

7. Quando os esclarecimentos e/ou as retificações sejam prestados para além do prazo referido nos pontos 5 e 6, o prazo para apresentação de propostas será prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado;

8. A lista com a identificação dos erros e omissões detetados pelo interessado será junta às peças patentes para consulta;

9. A prorrogação de prazo prevista no ponto 6 será junta às peças patentes para consulta, sendo o interessado imediatamente notificado da mesma.

VII – Preço base

Para a contratação em causa o valor base é fixado em € 695.000,00 (seiscentos e noventa e cinco mil euros), sendo este o preço máximo que a CMS se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato e funcionando como parâmetro base do preço contratual, sendo que para cada lote o preço base é de:

Lote 1 - € 45.000,00 (quarenta e cinco mil euros) para a aquisição de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento públicos, respetivamente gasolina e gasóleo com cartão eletrónico de abastecimento;

Lote 2 – 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil euros) para aquisição de combustíveis rodoviários a granel, respetivamente gasóleo.

VIII - Critério de adjudicação

1. Nos termos do previsto no n.º 1 do art.º 74.º do CCP a adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade da avaliação do preço, por lote.
2. Não existe número máximo de lotes a adjudicar a cada concorrente, pelo que poderá ser adjudicado mais do que um lote a um único concorrente.
3. A proposta com mais baixo preço será aquela que apresente o melhor desconto unitário e que não poderá ser, em caso algum, inferior ao desconto mínimo que foi definido no âmbito ao Acordo Quadro, ou seja, a avaliação do fator preço será efetuada pelos descontos unitários apresentados nas diferentes propostas.
4. No caso de na ordenação final se verificarem propostas com classificações iguais, o critério de desempate será por sorteio a realizar na sala de sessões do Município de Sines, em data, hora e modelo a notificar posteriormente.

IX - Prazo de Execução

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 3 (três) anos, a partir da data da oposição da última assinatura eletrónica, em conformidade com os respetivos termos e condições e disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

X – Negociação das Propostas

As propostas apresentadas pelos concorrentes não serão objeto da negociação prevista no art.º 118.º do CCP.

XI - Prazo de manutenção das propostas

1. Em conformidade com o disposto no art.º 65.º do CCP, a proposta considerar-se-á válida e inalterada em todas as suas condições por um período de 66 (sessenta e seis) dias úteis contados desde a data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.
2. O prazo referido no número anterior considera-se automaticamente prorrogado por iguais períodos, caso o concorrente não manifeste, por escrito, vontade contrária.

XII – Documentos da proposta

De acordo com o disposto no art.º 57.º do CCP, a proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP, na sua atual redação, a qual deve ser assinada de forma eletrónica pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar e cujo modelo se anexa (Anexo I);
- b) Documento que contenha os atributos, termos e condições em que o concorrente se propõe contratar (nos termos das alíneas b) e c) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP), dos quais se destaca:
 - i) O valor do desconto unitário por litro para abastecimento de gasolina em postos de abastecimento públicos, em algarismos e por extenso, prevalecendo em caso de divergência o extenso, com menção expressa de que ao valor acresce o IVA, com indicação do respetivo valor e taxa legal aplicável;
 - ii) O valor do desconto unitário por litro para abastecimento de gasóleo em postos de abastecimento públicos, em algarismos e por extenso, prevalecendo em caso de divergência o extenso, com menção expressa de que ao valor acresce o IVA, com indicação do respetivo valor e taxa legal aplicável;
 - iii) O valor do desconto unitário por litro para fornecimento de gasóleo a granel, em algarismos e por extenso, prevalecendo em caso de divergência o extenso, com menção de que ao preço total acresce o IVA, com indicação do respetivo valor e taxa legal aplicável;
 - iv) Condições de pagamento, que não poderão prever pagamentos antecipados;
 - v) Indicação da forma de faturação;
 - vi) Condições de entrega dos bens;

- c) Certidão de Registo Comercial ou o código de acesso para a sua consulta on-line, nos termos previstos no n.º 5 do art.º 75.º do Código de Registo Comercial e no art.º 17.º da Portaria n.º 1416-A/2006, de 19.12;
- d) Caso se aplique, para efeitos do disposto no n.º 4 do art.º 57.º do CCP, procuração que habilite o subscritor da apresentação de proposta;
- e) Código de Registo Central do Beneficiário Efetivo, de acordo com o disposto na Lei n.º 89/2017 e regulado pela Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto;
- f) Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta.

XIII - Propostas Variantes

- 1. Não é permitida a apresentação de propostas variantes, nos termos do artigo 59.º do CCP;
- 2. O incumprimento do previsto no ponto anterior é fundamento para a exclusão da proposta ou propostas variantes apresentadas, bem como da proposta base.

XIV – Documentos de habilitação

- 1. O concorrente deverá entregar no prazo de 5 (cinco) dias úteis após notificação de adjudicação, a Declaração Anexo II, prevista na alínea a) do n.º 1 do art.º 81.º do CCP, na sua atual redação, cujo modelo se anexa (Anexo II), bem como os documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do art.º 55.º do CCP, respetivamente:

- Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos seus órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP,

não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;

2. Nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 86.º do CCP os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa;

3. No caso de se verificarem irregularidades nos documentos apresentados pelo adjudicatário que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no art.º 86.º do CCP, é concedido um prazo adicional de 5 (cinco) dias para supressão das mesmas.

XV – Caução

Nos termos previstos nos art.º 88.º e 89.º do CCP o adjudicatário deve prestar, no prazo de 10 dias a contar da notificação de adjudicação, uma caução no valor de 5% do preço contratual, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais. A caução prestada será integralmente liberada até 30 (trinta) dias após o termo do respetivo contrato.

XVI – Outorga do contrato

Nos termos do disposto no art.º 94.º do CCP os termos da adjudicação serão reduzidos a escrito em data conveniente para as duas partes, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a aceitação da minuta pelo adjudicatário.

XVII- Legislação Aplicável

1. Em tudo o omissso no presente convite observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação.

2. As partes obrigam-se a aplicar as disposições legais em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho e a Lei n.º 58/2019, de 08.08, relativas à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), em relação a todos os dados pessoais por cujo tratamento sejam responsáveis.

Anexo I – Declaração Anexo I do CCP, na sua redação atual

Anexo II – Declaração Anexo II do CCP, na sua redação atual

Anexo IV - Caderno de Encargos

Anexo I

Modelo de declaração

[A que se refere na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.ºA, conforme aplicável]

1 – ... (nome, número do documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a)...

b)...

3 – Declara ainda que renuncia o foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos

de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

...(local),... (data),... [assinatura⁽⁴⁾].

(¹) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(²) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(³) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do artigo n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(⁴) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ...(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 – O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

...(local),... (data),... [assinatura⁽⁵⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º